



Brasília-DF, 17 de junho de 2026

NCST-RN realiza 4º Congresso Estadual, reconduz Joaquim Bezerra à presidência e reforça luta pelo fim da escala 6x1



A Nova Central Sindical de Trabalhadores do Rio Grande do Norte (NCST-RN) realizou nesta terça-feira (16), em Natal, seu 4º Congresso Estadual, reunindo lideranças sindicais, representantes de diversas categorias profissionais, autoridades e dirigentes de várias regiões do estado. O encontro foi marcado por debates sobre a conjuntura política e sindical, os desafios enfrentados pela classe trabalhadora e a necessidade de fortalecimento da organização sindical.

O momento mais simbólico do congresso foi a eleição e posse da nova diretoria estadual da entidade, que reconduziu Joaquim Bezerra de Menezes Neto à presidência da NCST-RN. Joaquim também preside o Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Laticínios e Produtos Derivados do Rio Grande do Norte (STIL-RN) e a Federação dos Trabalhadores na Indústria do Estado do Rio Grande do Norte (FTI-RN).



A mesa de abertura contou com a participação da presidente nacional da NCST, Sônia Zerino; do presidente da NCST-RN, Joaquim Bezerra; do presidente da CTB-RN, Alexander Brito; do secretário sindical do PCdoB-RN, Moacir Soares; da coordenadora de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos do Rio Grande do Norte, Rosângela Rosa Melo, que também representou a governadora do estado; do presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias da Alimentação (CNTA) e vice-presidente nacional da NCST, Artur Bueno; e do presidente da Confederação Nacional dos

Trabalhadores na Indústria (CNTI) e vice-presidente nacional da NCST, José Reginaldo Inácio.



Ao abrir os trabalhos, Joaquim Bezerra saudou os participantes e agradeceu a presença dos sindicatos filiados, convidados e demais representantes que atenderam ao chamado para o congresso. O dirigente também justificou ausências registradas previamente por e-mail e fez a leitura de uma mensagem encaminhada pelo superintendente do Ministério do Trabalho e Emprego no Rio Grande do Norte, Cláudio Gabriel.

Em sua intervenção, Sônia Zerino destacou o papel histórico da Nova Central na defesa dos direitos dos trabalhadores e reforçou a necessidade de ampliar a mobilização em torno das pautas prioritárias da classe trabalhadora.



“Somos sinônimo de resistência e precisamos intensificar a pressão sobre os senadores para garantir a aprovação definitiva da proposta que estabelece o fim da escala 6x1 e a redução da jornada para 40 horas semanais, sem redução salarial”, afirmou.

A dirigente observou ainda que o debate no Senado Federal exige maior mobilização das entidades sindicais, diante de um cenário considerado mais complexo para a aprovação da matéria.

Representando a governadora do Rio Grande do Norte e a secretária estadual de Políticas Públicas para as Mulheres, Júlia Arruda, Rosângela Rosa Melo abordou a conjuntura política e social do país, reafirmando o compromisso do governo estadual com a defesa dos

**Brasília-DF, 17 de junho de 2026**

direitos humanos e das políticas públicas voltadas à população trabalhadora.

Artur Bueno destacou a importância da unidade do movimento sindical diante dos desafios contemporâneos, enquanto Alexander Brito ressaltou a resistência histórica das entidades representativas dos trabalhadores e a relevância das mobilizações em defesa da redução da jornada de trabalho e do fim da escala 6x1.

José Reginaldo Inácio também saudou os participantes e chamou atenção para as dificuldades enfrentadas pelo sindicalismo brasileiro no atual contexto político e econômico.

Palestra aborda a sindicatofobia e os desafios do sindicalismo



Um dos pontos centrais da programação foi a palestra "O que é Sindicatofobia?", ministrada por José Reginaldo.

Durante a exposição, o dirigente explicou que a sindicatofobia pode ser definida como o preconceito, a aversão ou a hostilidade irracional direcionada aos sindicatos e aos sindicalistas. O termo, desenvolvido recentemente por ele, busca dar nome às práticas de desconfiança, discriminação e ataques que afetam a atuação das entidades sindicais e impactam diretamente a saúde mental de lideranças e representantes dos trabalhadores.

Ao abordar o futuro do sindicalismo, Reginaldo reconheceu que o movimento enfrenta uma crise profunda, mas defendeu a necessidade de resistência e renovação. Segundo ele, as entidades precisam encontrar novas formas de organização e mobilização, sem abrir mão de sua identidade histórica e de seu compromisso com a defesa dos direitos trabalhistas.

O dirigente destacou ainda que a solidariedade, a

união e a organização coletiva permanecem como pilares fundamentais para o fortalecimento da representação dos trabalhadores.

Participação expressiva



O congresso reuniu representantes de diversas categorias, entre elas trabalhadores da construção civil pesada, indústria de confecções, costureiras, policiais penais, motoboys, trabalhadores dos setores de doces e conservas, açúcar e álcool, gráficos, aposentados, empregados do comércio, vendedores e propagandistas, agentes comunitários de saúde, trabalhadores do couro e pele, bebidas e laticínios, entre outras.

Também estiveram presentes dirigentes sindicais de municípios como Goianinha, Mossoró e Caicó, evidenciando a abrangência da mobilização e o fortalecimento da atuação da NCST-RN em todo o estado.

O evento contou ainda com a presença da delegada Regina, da Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (DEAM) de Belém (PA) e da Casa da Mulher Brasileira, que, mesmo em período de férias em Natal, participou do congresso a convite da organização.

Durante os debates, a direção da NCST-RN destacou o processo de reorganização das entidades filiadas no estado, incluindo a regularização de mandatos e o fortalecimento da estrutura sindical. Também foram discutidas estratégias de mobilização e pressão junto ao Congresso Nacional em defesa de pautas prioritárias para os trabalhadores.

Ao final das atividades, foi servido um almoço de confraternização aos participantes na sede da Federação dos Trabalhadores na Indústria do Estado do Rio Grande do Norte (FTI-RN), encerrando um congresso que, segundo os organizadores, alcançou seus objetivos de fortalecimento institucional,

Brasília-DF, 17 de junho de 2026

integração das categorias e definição de estratégias para os próximos desafios do movimento sindical. A direção da NCST-RN também agradeceu ao Sindicato dos Propagandistas, Propagandistas-Vendedores e Vendedores de Produtos Farmacêuticos do Estado do Rio Grande do Norte (Sinprovern), responsável pela distribuição de um brinde especial a todos os presentes, contribuindo para o clima de acolhimento, integração e confraternização que marcou o encontro.

Fonte: NCST

Governo retira urgência presidencial de projeto do fim da escala 6x1

Projeto que incorpora redução da jornada de trabalho à CLT tramitará em regime conclusivo.



Com urgência retirada, Câmara fica liberada pra votar outros projetos.
Antônio Cruz/ Agência Brasil

A Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República encaminhou nesta terça-feira (16) à Câmara dos Deputados a retirada da urgência presidencial do projeto de lei que regulamenta o fim da escala de trabalho 6x1. Com isso, a matéria deixa de trancar a pauta e passa a tramitar sem prazo para votação.

O Projeto de Lei 1.838/2026 foi apresentado pelo Executivo em abril com o objetivo de acelerar os debates em torno da PEC sobre o mesmo tema. O texto reproduzia as mesmas alterações trabalhistas previstas na proposta de emenda à Constituição, mas tinha tramitação mais rápida.

Projetos de lei com urgência presidencial devem ser votados pela Câmara em até 45 dias. Após esse prazo, passam a trancar a Ordem do Dia, impedindo a votação de outras matérias em Plenário. No caso do PL 1.838/2026, o limite foi atingido no fim de maio.

A retirada da urgência foi anunciada em nota pelo Planalto. Segundo o governo, a decisão busca "possibilitar a aprovação de projetos prioritários", citando como exemplos "a atualização dos tetos do Microempreendedor Individual (MEI), a regulação

sobre Inteligência Artificial e a criminalização da misoginia".

Também aguarda votação um dos projetos de lei que reduzem impostos federais sobre combustíveis para compensar os efeitos da alta mundial do petróleo.

O projeto da escala 6x1 passa agora a tramitar em caráter conclusivo e deverá ser analisado pelas comissões de Trabalho e de Constituição e Justiça (CCJ). Se aprovado nos dois colegiados, poderá seguir diretamente ao Senado, sem necessidade de votação em Plenário, salvo se houver aprovação de recurso contrário.

Destino da PEC

Apesar de ter avançado sem grandes dificuldades na Câmara dos Deputados, a PEC do fim da escala 6x1 enfrenta obstáculos no Senado. O presidente da Casa, Davi Alcolumbre (União-AP), ainda não deu encaminhamento à proposta e já manifestou posição contrária à discussão durante o período eleitoral.

As relações entre o senador e o Executivo também atravessam um momento de desgaste. Os dois lados estão afastados desde o fim de abril, quando o Senado rejeitou a indicação de Jorge Messias para a vaga aberta no STF. Com urgência presidencial, o projeto da escala 6x1 poderia servir como instrumento de pressão para reabrir negociações entre o governo e o presidente do Senado.

Segundo a Secretaria de Relações Institucionais, após a retirada da urgência, "o governo manterá o diálogo com o Senado Federal para concluir a aprovação da PEC", mesmo sem a possibilidade de utilizar esse mecanismo regimental.

Fonte: Congresso em Foco

Paim cobra avanço de PEC que acaba com a escala 6x1



Carlos Moura/Agência Senado

O senador Paulo Paim (PT-RS) cobrou, na segunda-feira (15), a votação da proposta que acaba com a

**Brasília-DF, 17 de junho de 2026**

escala 6x1 e reduz a jornada de trabalho para 40 horas semanais sem diminuição salarial. Ele lembrou que a PEC 221/2019 já foi aprovada pela Câmara dos Deputados e está em tramitação no Senado, sob análise da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

— Não temos mais por que demorar. O Brasil todo e inúmeros empresários já estão, inclusive, aplicando a jornada de 40 horas semanais. Esse projeto impacta positivamente a vida de milhões e milhões de pessoas — disse.

Ao defender a proposta, o parlamentar argumentou que os avanços tecnológicos e o aumento da produtividade permitem discutir novas formas de organização do trabalho, com potencial para melhorar a qualidade de vida dos trabalhadores e ampliar oportunidades.

— Estamos diante de um debate sobre dignidade humana, justiça social e qualidade de vida. Tenho certeza de que o Senado estará à altura da democracia e da importância desse tema para o povo brasileiro.

Paim também destacou a sessão especial de debates sobre a redução da jornada de trabalho marcada para 1º de julho, por iniciativa do senador Laércio Oliveira (PP-SE). O encontro reunirá parlamentares, representantes sindicais, lideranças empresariais, movimentos sociais, estudantes e especialistas.

Fonte: Agência Senado

Junho Violeta alerta população sobre violência contra a pessoa idosa

Grande parte das vítimas não denuncia por medo de retaliações



© Marcello Casal Jr / Agência Brasil

Com o tema A liberdade não tem prazo de validade, a campanha Junho Violeta de 2026 conscientiza a

população sobre as formas de violência contra a pessoa idosa e estimula que a população denuncie casos.

Segundo o Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC), entre janeiro de 2024 e abril de 2026 foram registradas mais de 1,6 milhão de denúncias de violência contra idosos pelo canal Disque 100. Para efeito de comparação, só nos primeiros quatro meses de 2026 foram contabilizadas quase 250 mil denúncias, contra 209 mil no mesmo período do ano passado, um aumento de quase 19%.

Os números ainda escondem a maior parte das vítimas, que, de acordo com o ministério, não denuncia as violações, muitas vezes por medo de retaliações.

De acordo com a servidora da Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa, Mayra Magalhães, há registro de diversas formas de violência. "Violência física, psicológica, violência financeira ou patrimonial, negligência ou abandono, violência sexual."

De acordo com o Observatório Nacional dos Direitos Humanos (ONDH), os tipos mais recorrentes são as violações físicas, psicológicas e a negligência, cometidas em sua maioria contra mulheres de idades entre 70 e 74 anos. Os principais suspeitos são membros da família.

Mayra Magalhães explica que a legislação brasileira prevê tanto sanções administrativas e civis quanto punições penais para quem viola os direitos da pessoa idosa, e as penas variam de detenção ou reclusão, além de multa, dependendo da gravidade.

"Além das esferas criminais para indivíduos, o Estatuto prevê punições severas para instituições também, como instituições de longa permanência que violam os direitos das pessoas idosas. Exemplos de sanções são multas, interdição do estabelecimento, proibição de contratar com o poder público e o afastamento de dirigentes."

O alerta direciona as vítimas ou testemunhas para que usem os canais de denúncia. Disque 100, que funciona 24 horas por dia, e as denúncias podem ser anônimas, delegacias, Ministério Público, além do Centro de Referência de Assistência Social e do Centro de Referência Especializado de Assistência Social.

Fonte: Agência Brasil



Brasília-DF, 17 de junho de 2026

PEC 12/2026 amplia trabalho intermitente e ameaça direitos, alerta Dieese

Nota Técnica 293 alerta que PEC 12 amplia trabalho intermitente, reduz segurança de renda, afeta aposentadorias e amplia a precarização laboral



A Nota Técnica 293 analisa a PEC 12/2026, apresentada no Senado um dia após a Câmara aprovar a redução da jornada semanal e o fim da escala 6x1.

Segundo o documento, a proposta pretende ampliar para toda a economia o contrato de trabalho intermitente, criado pela reforma trabalhista de 2017 no Brasil.

Nesse modelo, também conhecido como contrato zero hora, o empregador define a jornada conforme a demanda. Assim, o trabalhador recebe apenas pelas horas efetivamente trabalhadas.

Além disso, direitos como férias, décimo terceiro salário, FGTS e demais benefícios são pagos proporcionalmente, acompanhando as horas trabalhadas durante cada período contratado.

Caso o Congresso aprove a proposta, milhões de trabalhadores poderão enfrentar maior instabilidade. Dessa forma, perderão previsibilidade sobre renda mensal e jornada futura.

A nota destaca que o modelo amplia a insegurança econômica, pois impede o planejamento financeiro familiar e dificulta o acesso regular ao consumo.

Além disso, a proposta poderá aumentar a pobreza, já que trabalhadores terão rendimentos variáveis e dependerão exclusivamente da demanda estabelecida pelos empregadores.

Outro ponto de preocupação envolve a Previdência Social. Como consequência, contribuições menores poderão comprometer o acesso à aposentadoria e reduzir benefícios futuros.

Por fim, a Nota Técnica 293 alerta que a PEC 12 também pode enfraquecer o financiamento de políticas públicas ao reduzir arrecadações vinculadas.

[Clique aqui](#) e confira a Nota do DIEESE

Fonte: Rádio Peão Brasil

CNTI CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA INDÚSTRIA

ENCONTRO REGIONAL CNTI SUL

PORTO ALEGRE - RIO GRANDE DO SUL

25 DE JUNHO | **HORÁRIO: 10h** | **LOCAL:** RUA GASPAR MARTINS, 451 - CEP: 90220-160 - BARRIO FLORESTA - PORTO ALEGRE/RS

TEMA: ANÁLISE DA CONJUNTURA: DESAFIOS ATUAIS DO SINDICALISMO

ORGANIZAÇÃO: SECRETARIA REGIONAL DA CNTI/SUL

PRESSÃO NO SENADO! NÃO À PEC DOS PATRÕES! CHEGA DE 6x1!

A PEC 12 ameaça avanços conquistados pelos trabalhadores e trabalhadoras e enfraquece a luta pelo fim da escala 6x1.

CHEGA DE 6x1! TRABALHAR MENOS VIVER MAIS

NÃO À ESCALA 6x1! **PELA VIDA ALÉM DO TRABALHO!** **NÃO À PEC 12 PEC DOS PATRÕES**

TRABALHAR MENOS VIVER MAIS **CHEGA DE EXPLORAÇÃO! NÃO À PEC 12**

DADOS QUE NÃO PODEMOS IGNORAR

- 73% dos trabalhadores defendem a redução da jornada de trabalho. (Fonte: Dieese, 2023)
- 1 EM CADA 3 trabalhadores relata transtorno físico e mental relacionada ao excesso de trabalho. (Fonte: Ipsa, 2023)
- O Brasil registra **BILHÕES DE REAIS** em afastamentos por doenças relacionadas ao trabalho todos os anos. (Fonte: Sbirutski, 2022)
- A escala 6x1 reduz o convívio familiar, dificulta a qualificação profissional e prejudica a saúde mental.

A PEC DOS PATRÕES QUER DESMONTAR AVANÇOS CONTRA A ESCALA 6x1!

EM DEFESA DOS DIREITOS, DA SAÚDE E DA QUALIDADE DE VIDA DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS! | JUNTOS SOMOS MAIS FORTES! NOSSA LUTA TRANSFORMA!

CNTI CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA INDÚSTRIA | www.cnti.org.br | SIGA, COMPARTILHE, MOBILIZE!

Acesse a plataforma:

<https://napressao.org.br/campanha/pela-aprovacao-do-fim-da-escala-6x1-e-da-reducao-da-jornada-de-trabalho-sem-reducao-salarial-senado>